



ANO: 2022	
PLANO DE TRABALHO DO MUNICÍPIO DE JOINVILLE	
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	
SEÇÃO I – IDENTIFICAÇÃO	
1 ÓRGÃO GESTOR ESTADUAL: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SDS	
RAZÃO SOCIAL DA UNIDADE GESTORA: FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CNPJ: 01.056.698/0001-20
2 IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO PRESENTE PLANO DE TRABALHO	
NOME: FABIANA RAMOS DA CRUZ CARDOZO	CARGO: SECRETÁRIA
E-MAIL INSTITUCIONAL: fabiana.cardozo@joinville.sc.gov.br	TELEFONE: (47) 99103-1869
LOCAL DE TRABALHO (ÓRGÃO/SETOR): SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOINVILLE	

SEÇÃO II – TERMO DE ACEITE AO COFINANCIAMENTO
3 CONSIDERANDO:
<p>A Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, alterada pela Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, em especial: o inciso I do art. 13 que trata sobre a competência do Estado destinar recursos financeiros aos municípios, a título de participação no custeio dos Benefícios Eventuais; o inciso II do art. 13 que dispõe sobre a competência do Estado cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito regional ou local; o art. 22 que entende por Benefícios Eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e são prestadas aos cidadãos e as famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública;</p> <p>A Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS;</p> <p>A Resolução nº 212, de 19 de outubro de 2006, do CNAS, que propõe critérios orientadores para a regulamentação da provisão de Benefícios Eventuais, no âmbito da Política Pública de Assistência Social;</p> <p>A Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006, do CNAS, que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB/RH/SUAS;</p> <p>O Decreto Federal nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre os Benefícios Eventuais, de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;</p> <p>A Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do CNAS, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;</p> <p>A Resolução nº 39, de 9 de dezembro de 2010, do CNAS, que dispõe sobre o processo de reordenamento dos</p>

Rubrica - Gestor(a) FMAS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
GERÊNCIA DE FINANCIAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Benefícios Eventuais, no âmbito da Política de Assistência Social em relação à Política Pública de Saúde;

A Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do CNAS, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS, em especial: o inciso II do art. 15 que trata da responsabilidade do Estado de cofinanciar, por meio de transferência regular e automática, na modalidade fundo a fundo, os serviços, programas, projetos e benefícios eventuais e o aprimoramento da gestão, em âmbito regional e local; e o inciso VI do art. 137 que dispõe sobre a competência da CIB em pactuar critérios, estratégias e procedimentos de repasse de recursos estaduais para o cofinanciamento de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais aos municípios;

A Resolução do CEAS nº 16, de 23 de novembro de 2016, que revoga a Resolução nº 20 de 27 de maio de 2014 e suas alterações, e propõe critérios orientadores para a regulamentação da provisão de Benefícios Eventuais no âmbito da Política Pública Estadual de Assistência Social e do cofinanciamento estadual;

A Resolução do CEAS nº 15, de 12 de dezembro de 2017, que altera o art. 22 da Resolução nº 16 de 23 de novembro de 2016 que revoga a Resolução nº 20 de 27 de maio de 2014 e suas alterações, e propõe critérios orientadores para a regulamentação da provisão de Benefícios Eventuais no âmbito da Política Pública Estadual de Assistência Social e do cofinanciamento estadual;

A Lei 17.819/2019, que institui o Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS/SC, dispõe ser condição para o recebimento dos repasses a efetiva instituição e funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, de composição paritária entre governo e sociedade civil, Plano Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Assistência Social com orientação e controle dos respectivos CMAS;

A Resolução nº 01/2021 da Comissão Intergestores Bipartite de Santa Catarina - CIB/SC, que em Reunião Plenária extraordinária realizada no dia 29 de março de 2021 - resolve "pactuar critérios, prazos e procedimentos para o cofinanciamento estadual dos serviços da Proteção Social Básica, Proteção Social de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade e Benefícios Eventuais no valor de R\$ 50.000.000,00 (Cinquenta milhões de reais); referentes o cofinanciamento 2021.

A Resolução CEAS nº 005/2021, 05 de abril de 2021, que "aprova "a pactuação do cofinanciamento para o exercício de 2021 dos critérios, prazos e procedimentos do repasse de recursos estaduais, alocados no Fundo Estadual de Assistência Social de Santa Catarina - FEAS/SC, para os Serviços de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Benefícios Eventuais."

4 OBJETO

O presente tem como objeto o aceite do Município ao Cofinanciamento Estadual dos Serviços de Proteção Social Básica, Serviço de Proteção Social e dos Benefícios Eventuais, conforme estabelecido nas legislações e normativas da Política de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, e formaliza as responsabilidades gerais e específicas que assume o Gestor da Secretaria Municipal de Assistência Social.

5 RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO/SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- I - Zelar pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, alterada pela Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011 - Lei Orgânica de Assistência Social;
- II - Realizar o aceite formal do cofinanciamento estadual, por meio deste, conforme os prazos estabelecidos e os repasses dos recursos;
- III - Submeter à deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) o Aceite do cofinanciamento;
- IV - Elaborar o(s) Planejamento(s) da Execução dos Recursos referente ao cofinanciamento estadual e submeter à aprovação do CMAS;
- V - Dar ciência ao CMAS quanto à destinação dos recursos cofinanciados;
- VI - Garantir que os serviços da Proteção Social Básica prestados no município estejam articulados com a gestão territorial da rede socioassistencial;
- VII - Garantir para que os serviços vinculados à Proteção Social Básica estejam situados no território do município cofinanciado;
- VIII - Garantir equipe técnica de referência no CRAS, de acordo com o preconizado na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS/2006), que será responsável pela oferta do Serviço de Proteção e

Rubrica - Gestor(a) FMAS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
GERÊNCIA DE FINANCIAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atendimento Integral a Famílias (PAIF) e pela gestão do território;

IX- Garantir o funcionamento dos CRAS, no mínimo, 40 (quarenta) horas semanais;

X- Manter o CRAS em funcionamento, seguindo as normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

XI - Promover ações integradas e intersetoriais com vistas à prevenção do afastamento do usuário do seu convívio familiar e comunitário, bem como preventivas às violações de direitos;

XII - Garantir que os serviços prestados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS estejam articulados com a gestão territorial da rede socioassistencial da Proteção Social Especial;

XIII - Garantir a utilização dos recursos nos serviços ofertados no CREAS e no Serviço Especializado em Abordagem Social e/ou Serviço Especializado para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias executados já em 2014 por entidade de assistência social, assegurando ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS que tais serviços estejam referenciados ao CREAS;

XIV - Garantir as equipes de referência dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Especial conforme previstos na NOB-RH/SUAS (2006) e na Resolução CNAS nº 17, de 20 de junho de 2011-;

XV - Garantir espaço físico exclusivo e com os espaços essenciais elencados no Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (MDS, 2011) e/ou no Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (MDS, 2011);

XVI - Garantir o funcionamento dos CREAS e Centro-POP (se for o caso) de, no mínimo, 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais;

XVII - Garantir a referência e a contra referência entre a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial-;

XVIII - Garantir a utilização dos recursos nos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, quais sejam: Serviço de Acolhimento Institucional nas modalidades de Residência Inclusiva, Casa Lar, Abrigo, Casa de Passagem e/ou Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora, e/ou Serviços de Acolhimento em República;

XIV - Garantir que não haja ocorrência de violação de Direitos Humanos nos serviços de acolhimento;

XX - Para aqueles que tenham serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens assumir o compromisso e a responsabilidade no que concerne ao reordenamento da oferta de serviços para esse público;

XXI - Avaliar por meio de indicadores a qualidade da prestação dos serviços, dando ciência aos órgãos de controle social e de defesa dos direitos, assumindo o compromisso de manter atualizadas as informações cadastrais registradas no CADSUAS, Censo SUAS, e SUASWEB e outros instrumentos de acompanhamento e monitoramento acerca da oferta municipal dos serviços da Proteção Social Básica, da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade e dos Benefícios Eventuais;

XXII - Prestar informações periodicamente e sempre que solicitado, ao órgão gestor estadual da Política de Assistência Social - SDS, ao Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/SC e aos órgãos de Controle Externo;

XXIII - Prover e promover a participação dos profissionais do SUAS em processos de capacitação;

XIV- A documentação comprobatória das despesas realizadas deverá ser mantida até a aprovação das contas em arquivo corrente e por mais 5 (cinco) anos em arquivo intermediário.

6 OUTRAS DISPOSIÇÕES

I - O descumprimento das responsabilidades elencadas no item 5 deste Plano de Trabalho poderá implicar no bloqueio do repasse financeiro do Cofinanciamento Estadual de que trata este Termo de Aceite e na devolução dos recursos recebidos;

II - As dúvidas e controvérsias porventura surgidas em função da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, no âmbito dos Conselhos Municipais, serão apreciadas e julgadas pelo Órgão Gestor Estadual e pelo Conselho Estadual de Assistência Social e/ou outras instâncias de Controle Externo, à luz da legislação e da doutrina aplicável ao caso.

SEÇÃO III – PLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS PARA A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

7 IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA OFERTADOS NO MUNICÍPIO QUE SERÃO COFINANCIADOS

SERVIÇOS - Ações onde serão aplicados os Recursos	LOCAL DE OFERTA
<input checked="" type="checkbox"/> Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);	<input checked="" type="checkbox"/> CRAS
<input checked="" type="checkbox"/> Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV);	<input checked="" type="checkbox"/> CRAS <input type="checkbox"/> CENTRO DE CONVIVÊNCIA <input type="checkbox"/> ENTIDADE <input type="checkbox"/> OUTRO QUAL:

Rubrica - Gestor(a) FMAS



<input type="checkbox"/> Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.	<input type="checkbox"/> DOMICÍLIO
8 PROPORÇÃO DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS (assinale apenas um campo)	
<input type="checkbox"/> 30% para custeio e 70% para investimento	
<input type="checkbox"/> 70% para custeio e 30% para investimento	
<input type="checkbox"/> 50% para custeio e 50% para investimento	
<input type="checkbox"/> 100% para custeio	
<input checked="" type="checkbox"/> 100% para investimento	
9 PLANO DE APLICAÇÃO	
O valor previsto para CUSTEIO será aplicado em:	
<input type="checkbox"/> Aquisição de materiais de expediente e consumo aos Serviços da Proteção Social Básica	
<input type="checkbox"/> Aquisição de produtos de limpeza e higiene necessários à oferta dos Serviços da Proteção Social Básica	
<input type="checkbox"/> Alimentação nas oficinas do PAIF e/ou nos grupos do SCFV	
<input type="checkbox"/> Conservação e adaptação de imóvel público com destinação exclusiva aos Serviços da Proteção Social Básica	
<input type="checkbox"/> Manutenção e/ou outras despesas vinculadas aos Serviços da Proteção Social Básica	
<input type="checkbox"/> Pagamento de salário dos trabalhadores do SUAS (de acordo com a lei 17 819 de 09 de dezembro 2019).	
O valor previsto para INVESTIMENTO será aplicado em:	
<input checked="" type="checkbox"/> Aquisição de mobiliário e utensílios necessários à Proteção Social Básica	
<input checked="" type="checkbox"/> Aquisição de equipamentos eletrônicos e de informática necessários à Proteção Social Básica	
<input type="checkbox"/> Aquisição de veículo para uso exclusivo do CRAS	
<input type="checkbox"/> Outros. QUAIS:	

Tendo como base o valor de R\$ 127.551,02 pactuado para o Município que tem um CRAS. Qual valor que o este Município deseja para a Proteção Social Básica: R\$ 150.000,00			
Conta para Proteção Social Básica:			
Nº DA AGÊNCIA:	CONTA CUSTEIO:	Nº DA AGÊNCIA:	CONTA INVESTIMENTO:
		3155-0	200.006-7

CNPJ referente à conta informada: 08.184.785/0001-01

SEÇÃO IV – PLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS PARA A PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE		
11 IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE OFERTADOS NO MUNICÍPIO QUE SERÃO COFINANCIADOS		
SERVIÇOS - Ações onde serão aplicados os Recursos:	LOCAL DE OFERTA DO SERVIÇO:	
<input checked="" type="checkbox"/> Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI	<input checked="" type="checkbox"/> CREAS	_____
<input checked="" type="checkbox"/> Serviço Especializado em Abordagem Social	<input type="checkbox"/> CREAS <input checked="" type="checkbox"/> CENTRO POP	_____

Rúbrica - Gestor(a) FMAS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
GERÊNCIA DE FINANCIAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

	<input type="checkbox"/> Outro:	
<input checked="" type="checkbox"/> Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC	<input checked="" type="checkbox"/> CREAS <input type="checkbox"/> Outro:	_____
<input checked="" type="checkbox"/> Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias	<input checked="" type="checkbox"/> CREAS <input type="checkbox"/> Outro:	_____
<input checked="" type="checkbox"/> Serviço Especializado para Pessoas em Situação Rua	<input checked="" type="checkbox"/> CENTRO POP	_____

12 PROPORÇÃO DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS (assinale apenas um campo)

- 30% para custeio e 70% para investimento
 70% para custeio e 30% para investimento
 50% para custeio e 50% para investimento
 100% para custeio
 100% para investimento

13 PLANO DE APLICAÇÃO

O valor previsto para CUSTEIO será aplicado em:

- Aquisição de materiais de expediente e consumo aos Serviços da P.S.E. de Média Complexidade
 Aquisição de produtos de limpeza e higiene necessários à oferta dos Serviços da P.S.E. de Média Complexidade
 Alimentação
 Conservação e adaptação de imóvel público com destinação exclusiva aos Serviços da P.S.E. de Média Complexidade
 Manutenção e/ou outras despesas vinculadas aos Serviços da P.S.E. de Média Complexidade
 Pagamento de salário dos trabalhadores do SUAS (de acordo com a lei 17 819 de 09 de dezembro 2019).

O valor previsto para INVESTIMENTO será aplicado em:

- Aquisição de mobiliário e utensílios necessários à P.S.E. de Média Complexidade
 Aquisição de equipamentos eletrônicos e de informática necessários à P.S.E. de Média Complexidade
 Aquisição de veículo para o serviço ofertado
 Outros. QUAIS:

Tendo como base o valor de R\$127.551,02 pactuado para o Município que tem um CRAS. Qual valor que o este Município deseja para a Proteção Social de Média R\$150.000,00

Conta para Proteção Social Média: DADOS BANCÁRIOS

Nº DA AGÊNCIA:	CONTA CUSTEIO:	Nº DA AGÊNCIA:	CONTA INVESTIMENTO:
----------------	----------------	----------------	---------------------

Rubrica - Gestor(a) FMAS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
GERÊNCIA DE FINANCIAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

		3155-0	17.926-4
--	--	--------	----------

CNPJ referente à conta informada: 08.184.785/0001-01

SEÇÃO V – PLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS PARA A PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE		
16 IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE OFERTADOS NO MUNICÍPIO QUE SERÃO COFINANCIADOS		
Serviços de Acolhimento Institucional onde serão aplicados os Recursos:	INSTITUIÇÃO EXECUTORA:	QUANTIDADE E ESPECIFICAÇÃO DO PÚBLICO ATENDIDO:
<input type="checkbox"/> Casa Lar (Quantidade:)	<input type="checkbox"/> Governamental <input type="checkbox"/> Não Governamental	
<input type="checkbox"/> Abrigo Institucional (Quantidade:)	<input type="checkbox"/> Governamental <input type="checkbox"/> Não Governamental	
<input type="checkbox"/> Casa de Passagem (Quantidade:)	<input type="checkbox"/> Governamental <input type="checkbox"/> Não Governamental	
<input type="checkbox"/> Residência Inclusiva (Quantidade:)	<input type="checkbox"/> Governamental <input type="checkbox"/> Não Governamental	
Demais serviços onde serão aplicados os Recursos:	INSTITUIÇÃO EXECUTORA:	QUANTIDADE E ESPECIFICAÇÃO DO PÚBLICO ATENDIDO:
<input type="checkbox"/> Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (Quantidade:)		
<input type="checkbox"/> Serviço de Acolhimento em República (Quantidade:)	<input type="checkbox"/> Governamental <input type="checkbox"/> Não Governamental	
17 PROPORÇÃO DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS (assinale apenas um campo)		
<input type="checkbox"/> 30% para custeio e 70% para investimento		
<input type="checkbox"/> 70% para custeio e 30% para investimento		
<input type="checkbox"/> 50% para custeio e 50% para investimento		
<input type="checkbox"/> 100% para custeio		
<input type="checkbox"/> 100% para investimento		
18 PLANO DE APLICAÇÃO		
O valor previsto para CUSTEIO será aplicado em:		

Rubrica - Gestor(a) FMAS



<input type="checkbox"/>	Aquisição de materiais de expediente e consumo aos Serviços da P.S.E. de Alta Complexidade
<input type="checkbox"/>	Aquisição de produtos de limpeza e higiene necessários à oferta dos Serviços da P.S.E. de Alta Complexidade
<input type="checkbox"/>	Alimentação
<input type="checkbox"/>	Conservação e adaptação de imóvel público com destinação exclusiva aos Serviços da P.S.E. de Alta Complexidade
<input type="checkbox"/>	Manutenção e/ou outras despesas vinculadas aos Serviços da P.S.E. de Alta Complexidade
<input type="checkbox"/>	Pagamento de salário dos trabalhadores do SUAS (de acordo com a lei 17 819 de 09 de dezembro 2019).
O valor previsto para INVESTIMENTO será aplicado em:	
<input type="checkbox"/>	Aquisição de mobiliário e utensílios necessários à P.S.E. de Alta Complexidade
<input type="checkbox"/>	Aquisição de equipamentos eletrônicos e de informática necessários à P.S.E. de Alta Complexidade
<input type="checkbox"/>	Aquisição de veículo para o serviço ofertado
<input type="checkbox"/>	Outros. QUAIS:

Tendo como base o valor de R\$127.551,02 pactuado para o Município que tem um CRAS. Qual valor que o este Município deseja para a Proteção Social de Alta Complexidade R\$			
Conta para Proteção Social Especial: DADOS BANCÁRIOS			
Nº DA AGÊNCIA:	CONTA CUSTEIO:	Nº DA AGÊNCIA:	CONTA INVESTIMENTO:

CNPJ referente à conta informada:

SEÇÃO VI – PLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS PARA BENEFÍCIOS EVENTUAIS	
20 PLANO DE APLICAÇÃO - IDENTIFICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS OFERTADOS NO MUNICÍPIO ONDE SERÃO APLICADOS OS RECURSOS	
Os recursos do cofinanciamento estadual destinados aos Benefícios Eventuais serão aplicados em razão de:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Nascimento
<input type="checkbox"/>	Morte
<input checked="" type="checkbox"/>	Vulnerabilidade Temporária
<input checked="" type="checkbox"/>	Calamidade Pública

Tendo como base o valor de R\$127.551,02 pactuado para o Município que tem um CRAS. Qual valor que o este Município deseja para os Benefícios Eventuais R\$847.959,18	
Conta para Benefícios Eventuais: DADOS BANCÁRIOS	
Nº DA AGÊNCIA:	CONTA CUSTEIO:
3155-0	200.004-0

CNPJ referente à conta informada: 08.184.785/0001-01

Rubrica - Gestor(a) FMS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
GERÊNCIA DE FINANCIAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

OBS: TODAS AS CONTAS INFORMADAS NESTE PLANO DE TRABALHO DEVEM SER, OBRIGATORIAMENTE, ESPECÍFICAS PARA O COFINANCIAMENTO ESTADUAL, SENDO PROIBIDO UTILIZAR AS CONTAS DO COFINANCIAMENTO FEDERAL, OU QUALQUER OUTRA QUE NÃO SEJA ESPECÍFICA DO COFINANCIAMENTO ESTADUAL. CASO O MUNICÍPIO NÃO POSSUA ESSAS CONTAS, DEVERÁ ABRIR NO BANCO DO BRASIL, OBRIGATORIAMENTE EM NOME DO CNPJ DO FMAS, E NOMEADA CONFORME A ÁREA DO SUAS A QUAL SERÁ DESTINADO, NESSE CASO, BENEFÍCIOS EVENTUAIS (CUSTEIO).

22 DO PREENCHIMENTO DAS SEÇÕES QUE TRATAM DO(S) PLANEJAMENTO(S) DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS

- I – Em relação às seções do Plano de Trabalho que tratam do(s) Planejamento(s) da Execução dos Recursos, o órgão gestor municipal de Assistência Social deverá preencher **SOMENTE** as seções que correspondem às áreas (Proteções Sociais e/ou Benefícios Eventuais) em que o Município pretende utilizar os recursos repassados pela SDS, por meio do FEAS/SC;
- II - Caso o Município, preencha alguma seção que trata do(s) Planejamento(s) da Execução dos Recursos e, for verificado, por esta Secretaria de Estado que não há a comprovação da ativação e implantação do nível de proteção social correspondente ao preenchimento realizado pelo Município nos sistemas de informação oficiais do SUAS, a referida seção será automaticamente desconsiderada e o Município será habilitado ao cofinanciamento estadual **SOMENTE** das áreas que comprovadamente são ofertadas pelo ente municipal;
- III – O órgão gestor municipal de Assistência Social **SOMENTE** será habilitado ao cofinanciamento estadual e receberá os recursos estaduais referentes às Proteções Sociais e aos Benefícios Eventuais, de acordo com o preenchimento realizado no Plano de Trabalho e que são efetivamente ofertados no Município;
- IV – A oferta dos níveis de proteção social nos Municípios será verificado nos sistemas de informação oficiais do SUAS e a dos benefícios eventuais será verificada por meio da documentação solicitada pela SDS, uma vez que no Art. 2º da Resolução CEAS nº 01, de 20 de março de 2020, é elegível ao cofinanciamento estadual para benefícios eventuais, os Municípios “que possuem a legislação que regulamenta a concessão de Benefícios Eventuais, até a data de deliberação desta resolução.”.

SEÇÃO VII – DECLARAÇÕES DA GESTÃO MUNICIPAL

23 DECLARAÇÕES

- Declaro sob as penas da lei, que as informações prestadas no presente são a expressão da verdade;
- Declaro que li e estou de acordo: com o Aceite do Cofinanciamento, exposto na Seção II; com o(s) planejamento(s) da execução do(s) recurso(s) assinalado(s); e com as proporções do(s) recurso(s) assinalada(s);
- Declaro possuir Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS instituído e em funcionamento, com alocação de recursos do Tesouro Municipal em seu orçamento e com Unidade Orçamentária constituída;
- Declaro que os recursos financeiros provenientes do cofinanciamento estadual serão incluídos no orçamento do FMAS;
- Declaro ter ciência do valor previsto a ser recebido, publicado na Resolução CEAS/SC nº05/2021, publicada na íntegra no sítio eletrônico da SDS.
- Declaro que as contas bancárias informadas de custeio e/ou investimento para cada nível de proteção social e/ou de custeio para benefícios eventuais, correspondentes ao preenchimento realizado neste Plano de Trabalho, estão ativas e são específicas para o cofinanciamento estadual, não sendo utilizadas para qualquer outro fim.

JOINVILLE, 27 de MAIO de 2022.

Rubrica - Gestor(a) FMAS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
GERÊNCIA DE FINANCIAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FABIANA RAMOS DA CRUZ CARDOZO
Gestor(a) da Assistência Social Municipal

SEÇÃO VIII - APROVAÇÃO DO CMAS

ATENÇÃO!

Nessa seção devem constar, os dados da reunião do CMAS que analisou e aprovou o Plano de Trabalho assinado pela Gestão Municipal. Logo, a data da reunião deve ser posterior à data de assinatura do Plano de Trabalho pela Gestão Municipal.

24 APROVAÇÃO DO CMAS QUANTO AO COFINANCIAMENTO ESTADUAL

RESOLUÇÃO CMAS Nº:	ATA Nº:	DATA DA REUNIÃO:
--------------------	---------	------------------

25 DECLARAÇÕES

Declaro que este Plano de Trabalho foi analisado pelo CMAS e foi aprovado em Reunião, de acordo com a Resolução CMAS de que trata o item 23 deste Plano de Trabalho.

Nessa Resolução, o CMAS aprova o valor a e também aprova a distribuição dos recursos, de acordo com o que foi definido no(s) planejamento(s) da execução dos recursos ser recebido pelo Município, de acordo com o indicado na Resolução CEAS nº 05/2021, publicada na íntegra no sítio eletrônico da SDS.

REINALDO PSCHAEIDT GONÇALVES
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Email para duvidas e enviar o Plano: gestaogefas@gmail.com

Email para duvidas e enviar o Plano: gestaogefas@gmail.com

Tel: 48 3664 0692 e ou 3664 0778

Celular / WhatsApp 48 99617 4457 Ângelo

Rubrica - Gestor(a) FMAS